



# CÂMARA DOS DEPUTADOS

APENSADOS

AUTOR:  
(DO SR. LINCOLN PORTELA)

Nº DE ORIGEM:

**EMENTA:**

Estabelece o número mínimo de guichês de caixa em operação nas agências bancárias.

**DESPACHO:**

27/04/2001 - (APENSE-SE AO PROJETO DE LEI Nº 237, DE 1999.)

**ENCAMINHAMENTO INICIAL:**

AO ARQUIVO, EM 17/5/01

**REGIME DE TRAMITAÇÃO  
ORDINÁRIA**

COMISSÃO	DATA/ENTRADA
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /

**PRAZO DE EMENDAS**

COMISSÃO	INÍCIO	TÉRMINO
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /

**DISTRIBUIÇÃO / REDISTRIBUIÇÃO / VISTA**

A(o) Sr(a). Deputado(a): \_\_\_\_\_ Presidente: \_\_\_\_\_  
Comissão de: \_\_\_\_\_ Em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
A(o) Sr(a). Deputado(a): \_\_\_\_\_ Presidente: \_\_\_\_\_  
Comissão de: \_\_\_\_\_ Em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
A(o) Sr(a). Deputado(a): \_\_\_\_\_ Presidente: \_\_\_\_\_  
Comissão de: \_\_\_\_\_ Em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
A(o) Sr(a). Deputado(a): \_\_\_\_\_ Presidente: \_\_\_\_\_  
Comissão de: \_\_\_\_\_ Em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
A(o) Sr(a). Deputado(a): \_\_\_\_\_ Presidente: \_\_\_\_\_  
Comissão de: \_\_\_\_\_ Em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
A(o) Sr(a). Deputado(a): \_\_\_\_\_ Presidente: \_\_\_\_\_  
Comissão de: \_\_\_\_\_ Em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
A(o) Sr(a). Deputado(a): \_\_\_\_\_ Presidente: \_\_\_\_\_  
Comissão de: \_\_\_\_\_ Em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
A(o) Sr(a). Deputado(a): \_\_\_\_\_ Presidente: \_\_\_\_\_  
Comissão de: \_\_\_\_\_ Em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

PROJETO DE LEI Nº 4.558 DE 2001



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

**PROJETO DE LEI Nº 4.558, DE 2001  
(DO SR. LINCOLN PORTELA)**



Estabelece o número mínimo de guichês de caixa em operação nas agências bancárias.

(APENSE-SE AO PROJETO DE LEI Nº 237, DE 1999.)

O Congresso Nacional decreta:

Art 1º Ficam as instituições bancárias obrigadas a manter em operação o número mínimo de guichês de caixa correspondente a vinte por cento do número de pessoas na fila de atendimento.

Art. 2º O descumprimento do disposto na presente lei sujeita os infratores às penalidades dispostas pelos incisos I e II do art. 44 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964.

Art. 3º Esta lei será regulamentada pelo Poder Executivo.

Art 4º Esta lei entra em vigor no prazo de cento e oitenta dias de sua publicação.



## JUSTIFICAÇÃO

Os serviços bancários apresentam-se imprescindíveis para todos os segmentos da população. Esta premissa vem sendo lamentavelmente ignorada. Observamos a formação de longas filas nos guichês de caixa, trazendo transtornos aos usuários, o que representa um desrespeito aos cidadãos.

Para eliminar o problema, estamos propondo que as agências bancárias mantenham em operação o mínimo de um guichê de caixa para cada grupo de cinco pessoas na fila de atendimento. Propomos também que o descumprimento desta norma implique a aplicação das penalidades de advertência e multa, previstas pela Lei nº 4.595, de 31/12/64.

Em nosso entendimento, a relevância do problema dispensa-nos da apresentação de considerações adicionais.

Pelo acima exposto, contamos com o apoio dos nobres Colegas para a aprovação de nosso projeto de lei.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 2001.

Deputado Lincoln Portela

Lote: 78 Caixa: 12

PL N° 4558/2001

3

PLENARIO RECEBIDO  
25 de 1730  
5551



LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA  
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS – CEDI  
**LEI Nº 4.595, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1964**



DISPÕE SOBRE A POLÍTICA E AS  
INSTITUIÇÕES MONETÁRIAS,  
BANCÁRIAS E CREDITÍCIAS, CRIA O  
CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL E  
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CAPÍTULO V  
DAS PENALIDADES

Art. 44. As infrações aos dispositivos desta Lei sujeitam as instituições financeiras, seus diretores, membros de conselhos administrativos, fiscais e semelhantes, e gerentes, às seguintes penalidades, sem prejuízo de outras estabelecidas na legislação vigente:

- I - advertência;
- II - multa pecuniária variável;
- III - suspensão do exercício de cargos;
- IV - inabilitação temporária ou permanente para o exercício de cargos de direção na administração ou gerência em instituições financeiras;
- V - cassação da autorização de funcionamento das instituições financeiras públicas, exceto as federais, ou privadas;
- VI - detenção, nos termos do § 7º deste artigo;
- VII - reclusão, nos termos dos artigos 34 e 38, desta Lei.

§ 1º A pena de advertência será aplicada pela inobservância das disposições constantes da legislação em vigor, ressalvadas as sanções nela previstas, sendo cabível também nos casos de fornecimento de informações inexatas, de escrituração mantida em atraso ou processada em desacordo com as normas expedidas de conformidade com o art. 4, XII, desta Lei.

§ 2º As multas serão aplicadas até 200 (duzentas) vezes o maior salário mínimo vigente no País, sempre que as instituições financeiras, por negligência ou dolo:

- a) advertidas por irregularidades que tenham sido praticadas, deixarem de saná-las no prazo que lhes for assinalado pelo Banco Central da República do Brasil;



**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA  
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS – CEDI**



b) infringirem as disposições desta Lei relativas ao capital, fundos de reserva, encaixe, recolhimentos compulsórios, taxa de fiscalização, serviços e operações, não- atendimento ao disposto nos artigos 27 e 33, inclusive as vedadas nos artigos 34 (incisos II a V), 35 a 40 desta Lei, e abusos de concorrência (art. 18, § 2º);

c) opuserem embaraço à fiscalização do Banco Central da República do Brasil.

§ 3º As multas cominadas neste artigo serão pagas mediante recolhimento ao Banco Central da República do Brasil, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da respectiva notificação, ressalvado o disposto no § 5º deste artigo e serão cobradas judicialmente, com o acréscimo da mora de 1% (um por cento) ao mês, contada da data da aplicação da multa, quando não forem liquidadas naquele prazo.

§ 4º As penas referidas nos incisos III e IV, deste artigo, serão aplicadas quando forem verificadas infrações graves na condução dos interesses da instituição financeira ou quando da reincidência específica, devidamente caracterizada em transgressões anteriormente punidas com multa.

§ 5º As penas referidas nos incisos II, III e IV, deste artigo, serão aplicadas pelo Banco Central da República do Brasil admitido recurso, com efeito suspensivo, ao Conselho Monetário Nacional, interposto dentro de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da notificação.

§ 6º É vedada qualquer participação em multas, as quais serão recolhidas integralmente ao Banco Central da República do Brasil.

§ 7º Quaisquer pessoas físicas ou jurídicas que atuem como instituição financeira, sem estar devidamente autorizadas pelo Banco Central da República do Brasil, ficam sujeitas à multa referida neste artigo e detenção de 1 (um) a 2 (dois) anos, ficando a esta sujeitos, quando pessoa jurídica, seus diretores e administradores.

§ 8º No exercício da fiscalização prevista no art. 10, VIII, desta Lei, o Banco Central da República do Brasil poderá exigir das instituições financeiras ou das pessoas físicas ou jurídicas, inclusive as referidas no parágrafo anterior, a exibição a funcionários seus, expressamente credenciados, de documentos, papéis e livros de escrituração, considerando-se a negativa de atendimento como embaraço à fiscalização, sujeitos à pena de multa, prevista no § 2º deste artigo, sem prejuízo de outras medidas e sanções cabíveis.

*\* Inciso VIII passado a IX pela Lei nº 7.730, de 31 de janeiro de 1989.*

§ 9º A pena de cassação, referida no inciso V, deste artigo, será aplicada pelo Conselho Monetário Nacional, por proposta do Banco Central





CÂMARA DOS DEPUTADOS

PL. 4558/01

Apense-se ao PL 237/99.

(Art. 24,II)

(Ordinária - Art. 151, III, RICD)

Em 27 / 04 / 01

  
AÉCIO NEVES  
Presidente



Documento : PL.045582001 - 1



Câmara dos Deputados

491

## REQ 165/2003

Autor: Lincoln Portela

Data da  
Apresentação: 18/02/2003

Ementa: Requer o desarquivamento de proposições.

Forma de  
Apreciação:


Despacho:

DEFIRO, nos termos do art. 105, parágrafo único, do RICD, o desarquivamento das proposições PL 6.570/02; PL 6.810/02; PL 7.139/02; PL 7.140/02; PL 7.260/02; PL 7.265/02; PL 2.027/99; PL 3.487/00; PL 3.636/00; PL 3.647/00; PL 3.785/00; PL 3.884/00; PL 4.004/01; PL 4.438/01; PL 6.131/02; PL 5.259/01; PL 5.146/01; PL 5.051/01; PL 4.743/01; PL 3.484/00; PL 2.505/00; PL 2.301/00; PL 751/99; PL 1.027/99; PL 1.159/99; PL 3.259/00; PL 3.449/00; PL 3.483/00; PL 3.485/00; PL 3.917/00; PL 4.297/01; PL 4.319/01; PL 4.464/01; PL 4.505/01; PL 4.558/01; PL 4.705/01; PL 4.955/01; PL 5.720/01; PL 6.132/02; PLP 168/00 INDEFIRO o desarquivamento do PL 1.557/02 e do PRC 250/01, pois tais proposições não existem. INDEFIRO, também, o desarquivamento das proposições PL 1.599/99; PL 1.706/99; PL 2.334/00; PL 2.417/00; PL 3.619/00 e PL 5.121/01, pois não foram arquivadas. E declaro PREJUDICADO o requerimento em relação às proposições PL 1.557/99; PL 2.936/00; PL 3.299/00; PL 4.032/01; PL 6.133/02; PRC 134/01 e PRC 154/01, pois já foram desarquivadas. Oficie-se ao requerente e, após, publique-se.

Regime de  
tramitação:

Em 01/04/2003

at os 237/98

  
JOÃO PAULO CUNHA  
Presidente





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**REQUERIMENTO**  
**(Do Sr. Lincoln Portela)**

165/03

Requer o desarquivamento de proposições.

Senhor Presidente:

Nos termos do art. 105, parágrafo único, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requiero a V.Exa o desarquivamento das proposições, a seguir relacionadas, que são de minha autoria:

PL 6570/2002	PL 6810/2002 ✓	PL 7139/2002 ✓	PL 7140/2002 ✓
PL 7260/2002 ✓	PL 7265/2002 ✓	PL 1557/2002 ✓	PL 2027/1999 ✓
PL 3487/2000 ✓	PL 3636/2000 ✓	PL 3647/2000 ✓	PL 3785/2000 ✓
PL 3884/2000 ✓	PL 4004/2001 ✓	PL 4438/2001 ✓	PL 6131/2002 ✓
PL 5259/2001 ✓	PL 5146/2001 ✓	PL 5051/2001 ✓	PL 4743/2001 ✓
PL 3484/2000 ✓	PL 2505/2000 ✓	PL 2301/2000 ✓	PL 0751/1999 ✓
PL 1027/1999 ✓	PL 1159/1999 ✓	PL 1557/1999 ✓	PL 1599/1999 ✓
PL 1706/1999 ✓	PL 2334/2000 ✓	PL 2417/2000 ✓	PL 2936/2000 ✓
PL 3259/2000 ✓	PL 3299/2000 ✓	PL 3449/2000 ✓	PL 3483/2000 ✓
PL 3485/2000 ✓	PL 3619/2000 ✓	PL 3917/2000 ✓	PL 4032/2001 ✓
PL 4297/2001 ✓	PL 4319/2001 ✓	PL 4464/2001 ✓	PL 4505/2001 ✓
PL 4558/2001 ✓	PL 4705/2001 ✓	PL 4955/2001 ✓	PL 5121/2001 ✓
PL 5720/2001 ✓	PL 6132/2002 ✓	PL 6133/2002 ✓	PR 134/2001 ✓
PR 154/2001 ✓	PR 250/2001 ✓	PLP 168/2000 ✓	

Sala das Sessões, em / /2003

Deputado Lincoln Portela

PL/MG

PLENARIA	
E	18/07/03 18:01
Nº	511
Ponto	525